

AGENDA POSITIVA

Dilma compara seu governo ao de Lula. Pág. B5 }

Volta modelo de outorga em portos e ferrovias

No caso das ferrovias, modelo tentado no programa anterior, que diferenciava o administrador da linha e o dono da carga, foi abandonado

BRASÍLIA

Depois de ver seu programa de concessões em portos e ferrovias encalhar na prateleira, o governo jogou no lixo o modelo ferroviário lançado em 2011, que não saiu do papel, e deu um giro de 180 graus na

licitação de áreas em portos públicos. Além disso, ao contrário do que fez no passado, já prometeu, na saída, dar a devida remuneração ao setor privado. “Aprendemos conosco e esse programa reflete esse aprendizado”, disse a presidente Dilma Rousseff.

O governo abriu mão do modelo horizontal de concessões em ferrovias que foi uma das estrelas da primeira edição do Programa de Investimento em Logística (PIL). Voltou-se para o modelo vertical, que já está em funcionamento no País. “Acabou a dúvida regulatória”, disse

o presidente da União Internacional de Ferrovias (UIC) na América Latina, Guilherme Quintella.

O modelo abandonado diferenciava o administrador da linha do dono da carga, criando uma figura chamada Operador Ferroviário Independente. Para tornar esse modelo viável, o governo havia incumbido a estatal Valec de comprar e vender capacidade de carga da linha, fórmula que despertou desconfiança do setor privado e foi batizada de “risco Valec”.

Portos. O governo decidiu ainda que poderá leiloar áreas em portos públicos usando como critério para escolher o vencedor o pagamento da maior taxa de outorga. Um decreto assina-

do por Dilma prevendo essa possibilidade foi publicado ontem no *Diário Oficial*. “Adotamos outorga por duas razões: pelo resultado fiscal e para aprimorar o modelo”, disse o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa. Ele explicou que, em alguns casos, o setor privado pediu a outorga por considerá-la mais segura. Na versão anterior do PIL, o fim da outorga era um dos pontos principais.

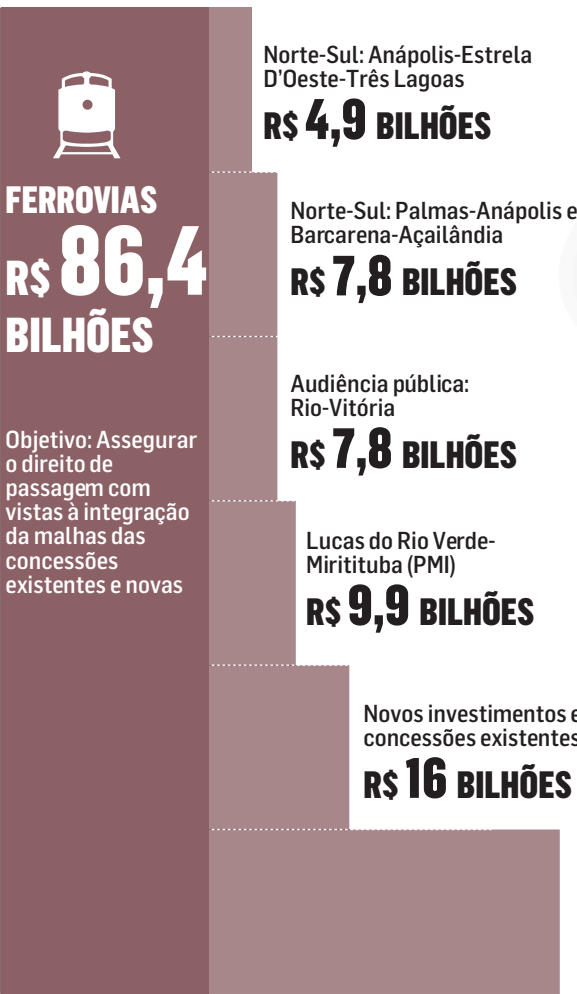
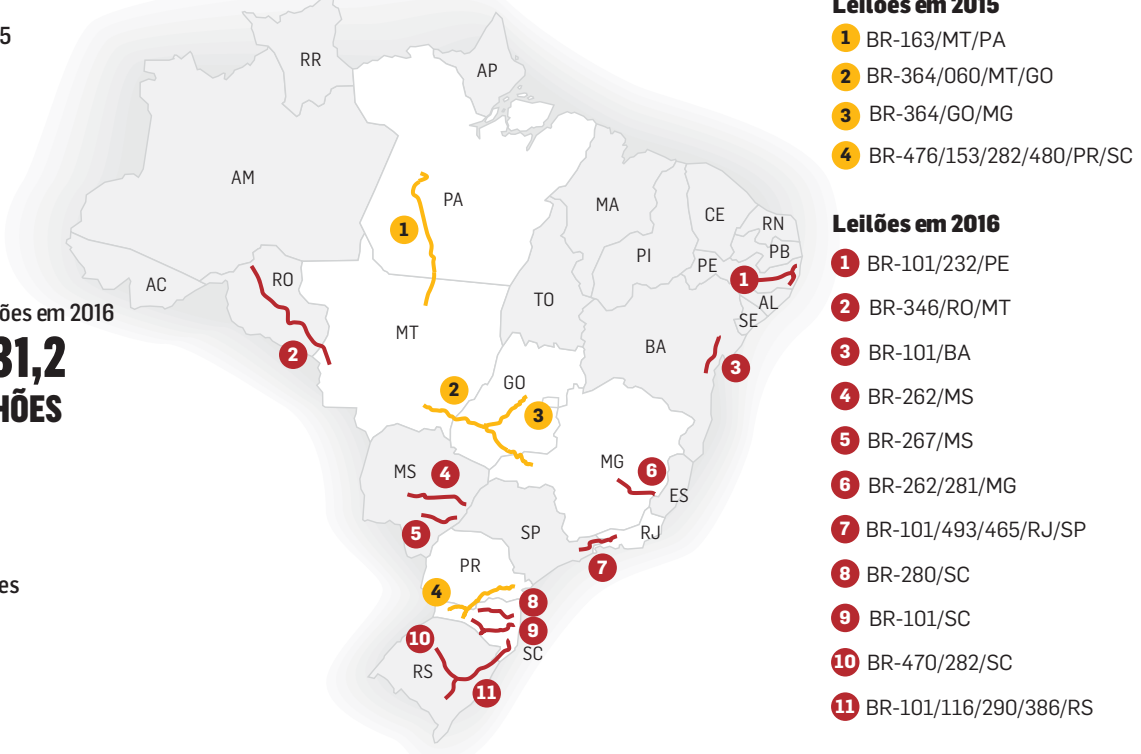
O ministro-chefe da Secretaria de Portos, Edinho Araújo, informou que consultará o Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a possibilidade de usar o critério de outorga nas licitações de arrendamento de área nos Portos de Santos e do Pará. Os estudos sobre esses empreendimentos aprovados pela

corte de contas em maio não previam esse critério. A cobrança de outorga foi admitida também nas concessões de ferrovias. Dependendo do projeto, o governo vai adotar esse critério.

A lista de concessões ferroviárias trouxe como novidade o investimento casado. Assim, quem arrematar a Ferrovia Norte-Sul no trecho Palmas (TO)-Anápolis (GO), já construído, precisará se comprometer a construir uma linha ligando Açaílândia (MA) a Barcarena (PA). Quem levar a concessão da Norte-Sul no trecho entre Anápolis (GO) e Estrela d’Oeste (SP), terá de fazer uma ligação entre Estrela d’Oeste e Três Lagoas (MS). / **LU AIKO OTTA, ANDRÉ BORGES, JOÃO VILLALVERDE e ADRIANA FERNANDES**

PLANO DE INVESTIMENTOS

● Governo anunciou a nova etapa de concessões para o período de 2015-2018



Por que investir em infraestrutura?

- Aumentar a competitividade da economia
- Escoar com eficiência a produção agrícola crescente

O que pensa a iniciativa privada?

- Invetidor está cauteloso. Isso porque o último Programa de Investimento em Logística, de 2012, tem muitos projetos que não saíram do papel

